

RELATÓRIO **FISCAL**

1º Tri de 2026
Visão Caixa



Este Relatório Fiscal detalha as saídas de caixa realizadas pela Petrobras com os recolhimentos de tributos e participações governamentais no primeiro trimestre de 2026. As informações seguem o critério de regime de caixa e devem ser lidas em conjunto com o Relatório Fiscal 2025, documento onde estão apresentados os aspectos de conformidade e gestão de riscos tributários da Companhia, a política tributária, com seus princípios e diretrizes, dentre outras informações sobre a nossa participação como um dos maiores contribuintes da economia brasileira.

A Petrobras apresentou, no primeiro trimestre de 2026, recolhimento de R\$ 72,4 bilhões aos cofres públicos. Esse montante é composto por R\$ 49,4 bilhões em tributos próprios, R\$ 14,8 bilhões em participações governamentais (PGOV) e R\$ 8,2 bilhões em tributos retidos de terceiros.

Neste 1º trimestre, foram pagos R\$ 27,3 bilhões em tributos federais que, somados aos R\$ 14,8 bilhões em participações governamentais, totalizam R\$ 42,1 bilhões destinados à União, que repassa parte desse valor aos Estados e Municípios, conforme legislação em vigor. Esse valor corresponde a aproximadamente 5,4% do total da arrecadação federal. Ao compararmos com o mesmo período do ano anterior, tivemos um aumento de 8% nesse recolhimento.

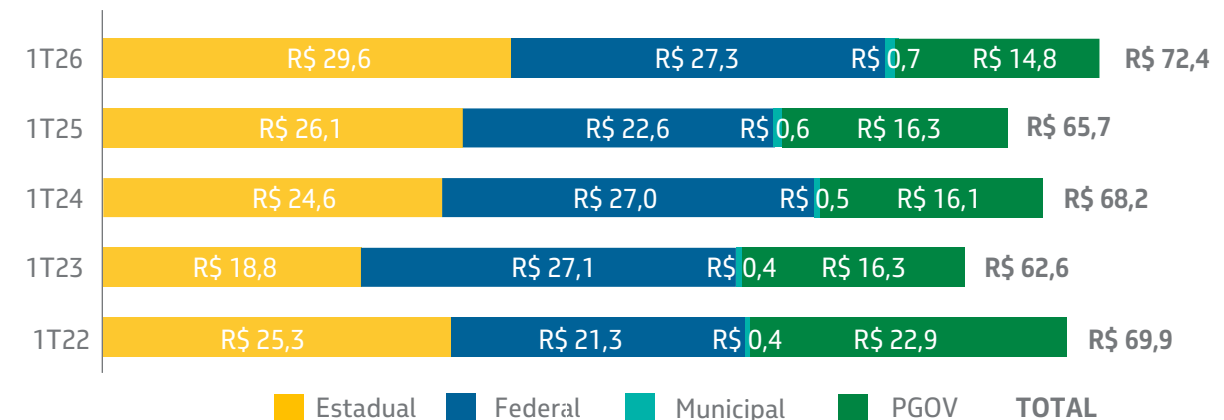
No tocante aos recolhimentos estaduais, a Petrobras pagou R\$ 29,6 bilhões, representando cerca de 12,3% do total arrecadado pelos estados. Ao compararmos com o resultado do primeiro trimestre de 2025, houve variação positiva de 13,4%, motivado pelo aumento das alíquotas *ad rem* do ICMS incidente sobre combustíveis (gasolina, diesel e GLP), com vigência a partir de 01/01/2026, e pelo aumento do percentual do etanol na gasolina, que passou de 27% para 30%.

Os tributos municipais totalizam cerca de R\$ 0,7 bilhão, o que representa aumento de 18,3% em comparação ao mesmo período do ano anterior, devido a contratação de serviços para a área de exploração e produção de petróleo e gás natural, sujeitos a incidência e retenção do ISS-ST. Os valores pagos aos municípios são distribuídos majoritariamente entre ISS-ST (retido de terceiros), ISS próprio e IPTU.

Em março de 2026, foi publicada a Medida Provisória nº 1.340, que dispõe sobre a incidência do Imposto de Exportação (IE), a partir de 12 março de 2026, nas exportações de óleos brutos de petróleo ou de minerais betuminosos e óleo diesel. No mês de março de 2026 foram recolhidos R\$ 5,5 milhões de imposto de exportação.

Nota: As informações dos valores dos tributos e participações governamentais constantes neste relatório são apresentadas pelo regime de caixa (efetivo desembolso), o que não se confunde com as informações divulgadas na Demonstração do Valor Adicionado (DVA), parte integrante das Demonstrações Financeiras divulgadas pela companhia, que segue o regime de competência.

Histórico de Recolhimento referente ao primeiro trimestre (R\$ Bilhões)



R\$ 72,4 bilhões

PAGOS NO 1º TRI 2026



R\$ 42,1 bilhões

FEDERAL + PGOV



R\$ 29,6 bilhões

ESTADOS



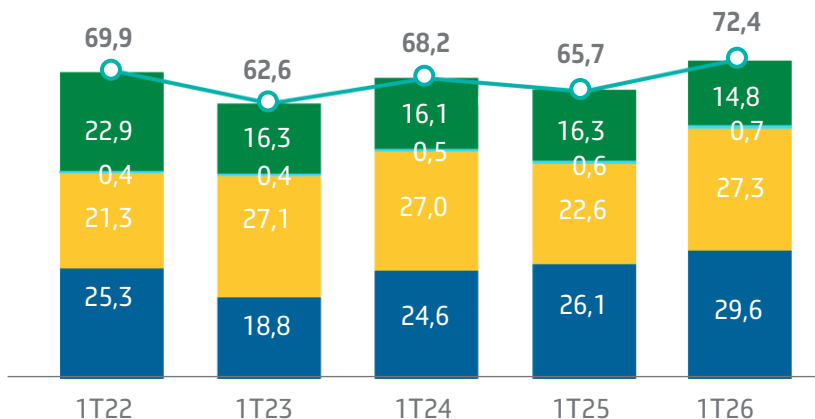
R\$ 0,7 bilhão

MUNICÍPIOS

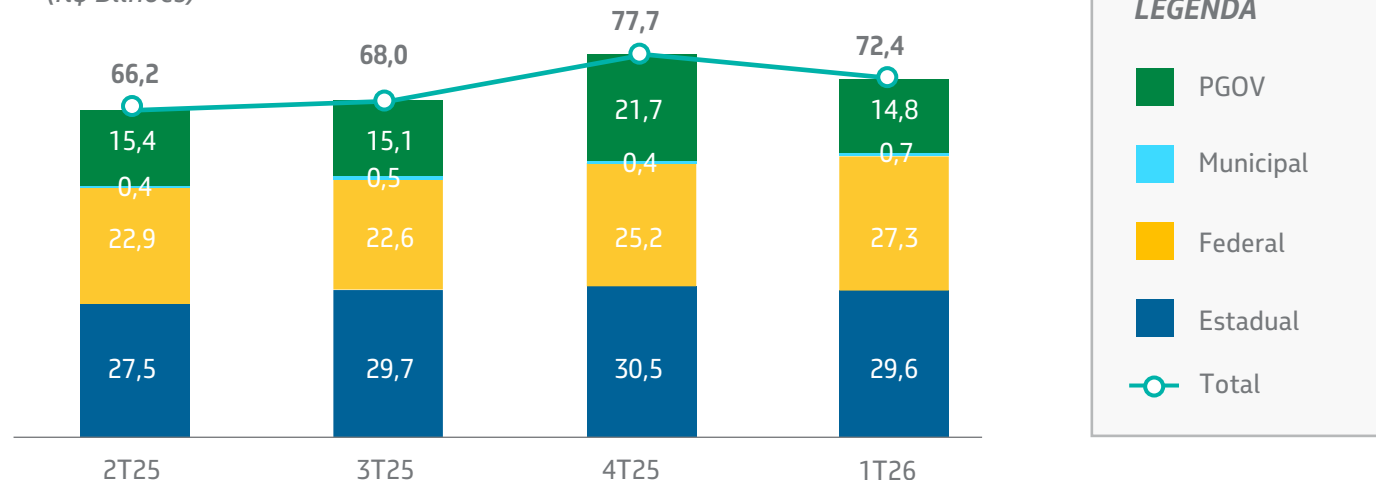


Nos gráficos abaixo, é possível observar a distribuição dos tributos pagos pela Petrobras, segregados conforme a natureza tributária.

Histórico de Recolhimento do 1º Trimestre
(R\$ Bilhões)



Histórico de Recolhimento dos últimos 4 Trimestres
(R\$ Bilhões)



LEGENDA

- PGOV
- Municipal
- Federal
- Estadual
- Total

No 1º trimestre de 2026, dos R\$ 14,8 bilhões pagos em participações governamentais, R\$ 9,7 bilhões foram referentes a royalties, R\$ 4,2 bilhões à participação especial, R\$ 0,7 bilhão a bônus de assinatura e cerca de R\$ 0,2 bilhão de taxa de ocupação ou retenção de área. Quando comparada à arrecadação de PGOV do mesmo período de 2025, observa-se uma redução de 9%, devido ao menor recolhimento de Participações Especiais.

No acumulado dos últimos quatro trimestres, a Petrobras recolheu R\$ 284,3 bilhões aos cofres públicos na forma de tributos e participações governamentais.



PARTICIPAÇÕES GOVERNAMENTAIS



Royalties, Participação Especial e Pagamento pela Retenção de Área



TRIBUTOS RETIDOS DE TERCEIROS



Substituição e Responsabilidade Tributária



TRIBUTOS PRÓPRIOS

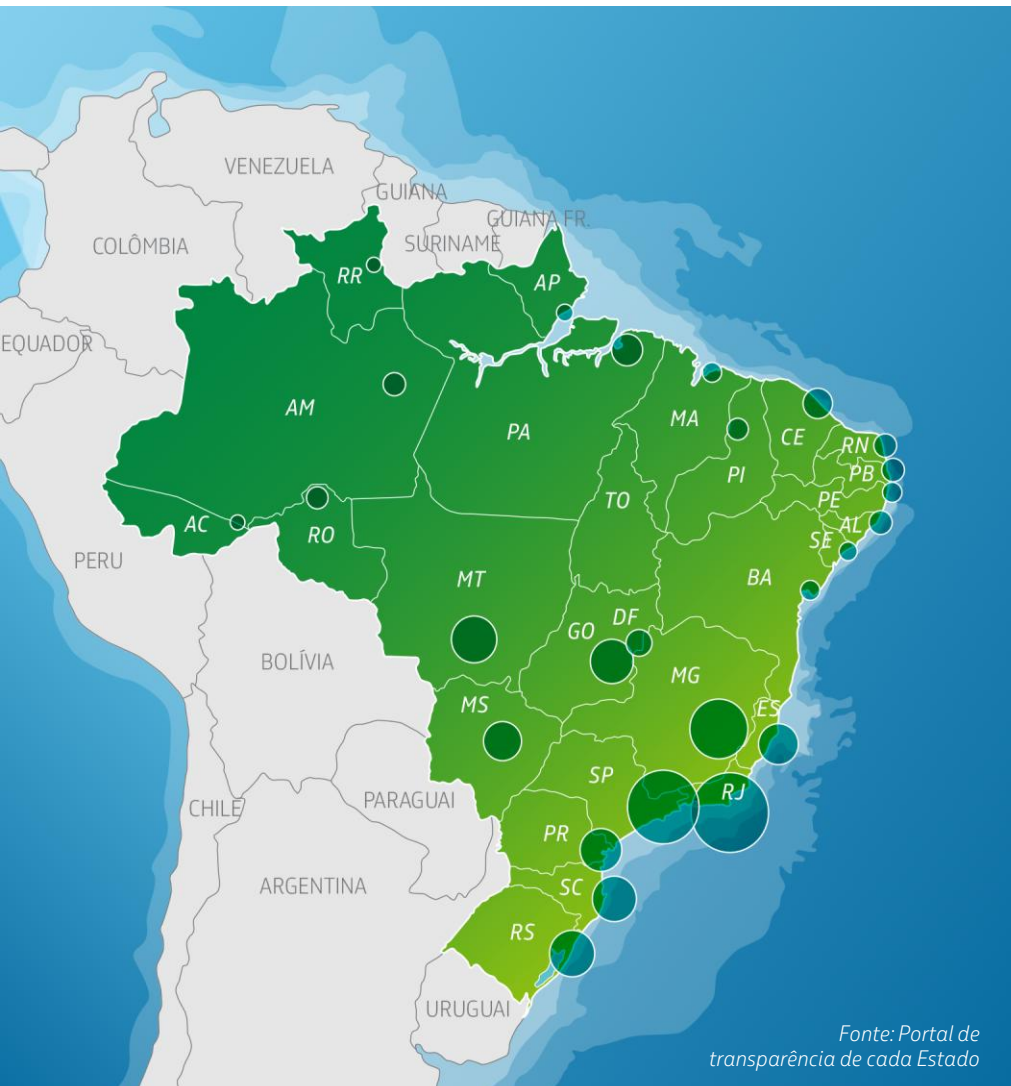


Inerentes das nossas operações



A Petrobras possui papel relevante na arrecadação do ICMS, tanto na condição de contribuinte, em razão de suas próprias operações, como é o caso do ICMS monofásico, quanto na condição de substituto tributário nas operações realizadas por terceiros. Em 20 Unidades da Federação, representamos mais de 10% da arrecadação de ICMS, fato que reforça a importância da empresa para o País.

No quadro abaixo, podemos observar a relevância da Petrobras na arrecadação de tributos e participações governamentais destinadas aos estados da federação. Para realizarmos este levantamento, foram utilizadas as informações divulgadas no portal da ANP.



ESTADO	ICMS (R\$ Bilhões)	PARTICIPAÇÕES GOVERNAMENTAIS (R\$ Bilhões)	TOTAL (R\$ Bilhões)
Rio de Janeiro	3,7	3,6	7,3
São Paulo	6,0	0,1	6,1
Minas Gerais	3,8	-	3,8
Mato Grosso	2,0	-	2,0
Rio Grande do Sul	1,9	-	1,9
Santa Catarina	1,9	-	1,9
Goiás	1,8	-	1,8
Paraná	1,7	0,02	1,7
Espírito Santo	1,0	0,4	1,3
Mato Grosso do Sul	1,2	-	1,2
Pará	0,8	-	0,8
Ceará	0,6	-	0,6
Distrito Federal	0,4	-	0,4
Paraíba	0,4	-	0,4
Alagoas	0,3	-	0,3
Tocantins	0,3	-	0,3
Amazonas	0,2	0,1	0,3
Piauí	0,3	-	0,3
Rio Grande do Norte	0,3	0,0004	0,3
Rondônia	0,3	-	0,3
Pernambuco	0,2	-	0,2
Bahia	0,1	0,02	0,2
Maranhão	0,1	-	0,1
Sergipe	0,1	-	0,1
Amapá	0,1	-	0,1
Acre	0,1	-	0,1
Roraima	0,03	-	0,03
TOTAL	29,6	4,2	33,8